



GÊNEROS EPISTOLARES NA COMPOSIÇÃO DO ARTIGO DE OPINIÃO

Gisely Gonçalves de Castro
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, ES, 29075-910, Brasil
giselydecastro@gmail.com

RESUMO

Partindo das concepções Mikhail Bakhtin acerca dos gêneros e de Luiz Antônio Marcuschi sobre a intergenericidade, examinamos um artigo de opinião com o formato de carta a fim de apresentar uma reflexão acerca da relação intergenérica entre esses gêneros. Nossa análise mostra que, mesmo construídos a partir de um processo intergenérico, o artigo não tem seu propósito comunicativo enfraquecido, pelo contrário, ao diversificar sua estrutura, o que ocorre é um reforço de sua função. Assim, conclui-se que essa relação intergenérica é um importante recurso persuasivo de que dispõe o articulista para persuadir seus leitores.

0 INTRODUÇÃO

A teoria dos gêneros tem sido, desde Platão e Aristóteles, uma temática constante, sobre a qual muitos estudiosos têm se debruçado. Apesar de transitar atualmente pelas mais diversas áreas que se dedicam ao estudo da linguagem, trata-se de um conceito que esteve, por muito tempo, restrito às preocupações da poética e da retórica. Somente no século XX, com os trabalhos de Bakhtin, é que a concepção de gênero ganhou uma nova orientação, tornando-se, desde então, uma noção central nas pesquisas sobre o texto.

De acordo com Bakhtin, a comunicação discursiva seria impossível se não existissem os gêneros. Com efeito, falamos apenas através dos gêneros do discurso, isto é, “todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo” [1].

Vistos sob essa perspectiva – tipos relativamente estáveis de enunciados –, torna-se possível apreender os gêneros não só a partir de seus elementos mais estáveis como também a partir de seus elementos mais mutáveis e flexíveis. Muitas vezes, o resultado dessa natureza maleável e dinâmica dos gêneros é a formação de um determinado gênero textual a partir do aproveitamento de outro. Tal fenômeno, devido a sua grande complexidade, vem sendo analisado de forma constante por diversos pesquisadores fundamentados em concepções teóricas variadas.

Seguramente, a mistura genérica é um lugar propício para se observar a relativa estabilidade dos gêneros e, portanto, um recurso merecedor de atenção e análise. Por esse motivo, este artigo propõe uma discussão sobre a intergenericidade e a analisa na relação entre artigo de opinião e gêneros epistolares. Para que proceder a essa discussão, esse artigo foi dividido em quatro partes: os gêneros textuais, o gênero artigo de opinião, a intergenericidade, e a relação intergenérica entre artigo de opinião e gêneros epistolares.

1. OS GÊNEROS TEXTUAIS

Ao refletir sobre o estudo que vinha sendo realizado desde a Antiguidade, Bakhtin ressalta que, até então, a

questão geral dos gêneros discursivos jamais fora levada em consideração [2].

Como afirma o autor, essa limitação dos estudos já realizados sobre os gêneros poderia ter se originado em função de sua extrema heterogeneidade. De fato, uma vez que os variados campos da atividade humana estão ligados ao uso da língua, os gêneros apresentam uma diversidade extraordinária, o que pode tornar abstratos e vazios os seus traços gerais.

Ainda que a noção geral dos gêneros do discurso se faça presente em outros textos de Bakhtin, é em “Os Gêneros do discurso” que o autor fundamenta sua teoria definindo-os como tipos relativamente estáveis de enunciados [3].

A partir dessa definição, apreender o conceito de gêneros de acordo com a perspectiva de Bakhtin exige uma noção muito clara daquilo que o autor denomina “enunciado”. Ao afirmar que “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos” [4] proferidos pelos participantes de um ou outro campo da atividade humana, Bakhtin estabelece, de uma vez por todas, o enunciado como unidade real da comunicação discursiva. O enunciado, segundo o autor, apresenta natureza social, discursiva e dialógica e, como unidade da comunicação discursiva, encerra algumas particularidades distintivas. São elas: alternância dos sujeitos do discurso, conclusibilidade e relação do enunciado com o próprio falante e com outros participantes da comunicação discursiva.

A primeira particularidade, isto é, a alternância dos falantes, define precisamente os limites de cada enunciado. Todo enunciado possui um princípio e um fim absolutos. Assim, o falante conclui o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão responsiva. Por sua vez, a segunda particularidade do enunciado, a conclusibilidade, está intimamente ligada à primeira. Trata-se de um aspecto interno da alternância dos falantes. A conclusibilidade é necessária para que ocorra a referida compreensão responsiva, ou seja, o interlocutor assume uma posição responsiva porque percebe nitidamente o fim do enunciado através do *dixi* conclusivo do falante. Finalmente, a terceira particularidade diz respeito à relação do enunciado com o próprio falante e

com outros participantes da comunicação discursiva. A expressão da posição valorativa do falante em relação ao objeto de seu discurso e aos outros participantes da comunicação discursiva ocorre através do enunciado. Essa expressividade está presente em todos os campos da comunicação discursiva, pois é impossível a existência de enunciado absolutamente neutro.

Nessa perspectiva, o enunciado constitui um elo da corrente complexa e contínua que é a comunicação discursiva. Ele não pode ser o primeiro e tampouco o último, pois é resposta a outros enunciados.

Uma vez colocada a noção de enunciado de acordo com a perspectiva de Bakhtin, pode-se afirmar que o conceito de gênero como tipo de enunciado é “uma tipificação social dos enunciados que apresentam certos traços (regularidades) comuns”, a qual se constitui historicamente nas diversas atividades humanas e em situações de interações relativamente estáveis reconhecidas pelos falantes [5].

Para Bakhtin, os gêneros apresentam três dimensões (tema, composição e estilo) indissociáveis, determinadas pelas especificidades da situação de produção e pela apreciação valorativa do locutor. Os temas são os conteúdos que se tornam comunicáveis através dos gêneros; em outros termos, são os variados assuntos das atividades humanas; a composição diz respeito aos elementos das estruturas comunicativas e semióticas e às relações que se estabelecem entre os parceiros da comunicação; o estilo se refere à utilização dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais. Dada a estreita ligação entre os três componentes propostos por Bakhtin, a situação de produção e a apreciação valorativa do locutor, os gêneros não podem ser apreendidos fora de sua relação com os diversos campos da atividade humana.

Como as possibilidades da multiforme atividade humana são inesgotáveis e como cada campo dessa atividade formula seus tipos relativamente estáveis de enunciados, que crescem e se diferenciam à medida que o próprio campo se desenvolve e se complexifica, a diversidade dos gêneros é extremamente ampla. Nesse caso, o que constitui um determinado gênero é o seu vínculo com a situação social de interação. Isto é, os gêneros se consolidam historicamente por meio do surgimento e estabilização de novas situações sociais de interação verbal e desaparecem em virtude da ausência das condições que os conceberam. Assim, chega-se aqui ao fato de que os gêneros não só existem em grande número como também são extremamente maleáveis e dinâmicos.

2 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

O artigo de opinião é um gênero do domínio jornalístico veiculado periodicamente em seções de opinião de mídias impressas ou on-line. Geralmente, ele apresenta o posicionamento de determinado articulista sobre questões atuais de ordem diversa (social, política, econômica, científica, cultural, etc.). Trata-se de um gênero, por natureza, persuasivo, pois todos os argumentos defendidos pelo autor não têm outro fim senão provocar ou aumentar a adesão do leitor às ideias apresentadas.

Para Mendes, o autor desse gênero (jornalista, colaborador ou convidado de renome) tem a tarefa de “apresentar uma opinião, sustentar ou refutar opiniões anteriores com base no seu conhecimento e na leitura do real, a fim de convencer o leitor através da argumentação”.

O leitor, por sua vez, “poderá aceitar as argumentações apresentadas no texto e valorizar as ideias do autor ou refutá-las, mantendo a sua opinião sobre um determinado assunto” [6]. Como se vê, o leitor de um artigo não recebe os argumentos de forma passiva, pelo contrário, segundo Faraco e Tezza, esse interlocutor já tem sua própria opinião. Em vista disso, é necessário que autor sempre se coloque no lugar do leitor para antever tais opiniões [7].

No que se refere à estrutura do artigo de opinião, Boff, Köche e Marinello apontam a seguinte possibilidade de organização [8].

1. Situação-problema: coloca o assunto a ser desenvolvido a fim de orientar o leitor para o que virá nas demais partes do texto; busca contextualizar o assunto.

2. Discussão: expõe os argumentos e constrói a opinião a respeito do assunto abordado lançando mão de fatos concretos, dados, exemplos, sequências textuais (narrativas, descritivas, explicativas), etc.

3. Solução-avaliação: responde à questão apresentada; pode haver uma reafirmação da posição assumida ou uma apreciação do assunto abordado.

3 A INTERGENERICIDADE

Retomando a teoria de Bakhtin, é preciso reconhecer que, enquanto alguns gêneros requerem uma forma mais padronizada, outros apresentam maior flexibilidade. Estes são mais propensos ao reflexo do estilo individual, como os literários, e aqueles são menos favoráveis a tal reflexo, como os militares. De modo semelhante, Maingueneau, ao discorrer sobre a *cena de enunciação*, ressalta que “os gêneros do discurso não são todos igualmente propícios ao desenvolvimento de cenografias variadas” [9]. Dessa forma, seria possível distribuí-los numa linha contínua que teria como polos extremos: de um lado, aqueles que se limitam ao cumprimento de uma genérica e, de outro lado, aqueles que exigem a escolha de uma cenografia. Entre esses polos, estão os gêneros que, mesmo suscetíveis de cenografias variadas, tendem a cumprir sua cena genérica rotineira.

Assim, Maingueneau propõe quatro modos de genericidade instituída de acordo com a relação que se estabelece entre a cena genérica e a cenografia. São eles: modo I (compreende os gêneros que não estão – ou estão pouco – predispostos à variação, como ocorre em fichas administrativas, registros de cartório, etc.); modo II (abrange os gêneros que possuem uma cenografia preferencial ou esperada, mas toleram desvios, como um programa político-eleitoral em forma de carta); modo III (abarca os gêneros que incitam à inovação, não apresentando uma cenografia preferencial, como é o caso dos anúncios publicitários) e modo IV (engloba os gêneros propriamente autorais, que não dispõem de uma cenografia pré-estabelecida, como, por exemplo, os gêneros literários) [10].

A articulação entre o pensamento de Maingueneau e o de Bakhtin explica, pois, como os usuários da língua são capazes de “*burlar* o cânon de um gênero fazendo uma mescla de formas e funções” [11]. Com isso, chega-se a um dos pontos cruciais deste trabalho: a configuração híbrida dos gêneros. Sobre essa questão, muitos pesquisadores, fundamentados em concepções teóricas

distintas, vêm propondo interpretações variadas, as quais apresentam pontos mais ou menos convergentes.

Em *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*, Marcuschí emprega a expressão *intertextualidade intergêneros*, definindo-a como uma hibridização ou mescla de funções e formas de gêneros diversos [12]. Já em *Gêneros textuais no ensino de língua* (segunda parte do livro *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*), o autor propõe o termo *intergenericidade*, pois, em seu ponto de vista, trata-se de uma terminologia que melhor traduz o fenômeno [13].

Nos casos em que ocorre a intergenericidade, isto é, uma mescla de gêneros em que um assume a função do outro, é a função o elemento responsável pela identificação do gênero. É por esse motivo que um anúncio publicitário, por exemplo, continua sendo visto e sentido como tal mesmo sendo veiculado em forma de uma receita.

4 A RELAÇÃO INTERGENÉRICA ENTRE ARTIGO DE OPINIÃO E GÊNEROS EPISTOLARES

Senhora presidente

Não votei na senhora. Aliás, em São Paulo, o lulismo nunca deu muito certo. Vocês já disputaram várias eleições por aqui. Para governador não levaram nenhuma. E isso desde a fundação do PT. Já em 1982, quando foi realizada a primeira eleição direta para o cargo - eu bem me recordo -, o próprio Lula se apresentou como candidato e levou uma bela surra: acabou em quarto lugar. Eleições para presidente, de seis vocês só levaram uma, a de 2002. E já no pleito seguinte foram sovados novamente.

O povo daqui é ordeiro e trabalhador. Vai ver que é por isso que não gosta de vocês. Pelo menos a maior parte dele. A gente torce o nariz à forma como os petistas fazem política.

Vocês se deram bem no começo por se dizerem diferentes de tudo o que existia. Agora, quatro décadas passadas, continuam a se achar assim. São rípingas, ou seja, hippies fora de época: gente que não soube envelhecer com dignidade.

O fato é que a hora da revolução já passou. E, quando passou, vocês estavam dormindo. Paciência. Como leão desdentado também ruge, vocês, petistas, acreditam poder continuar na estrada.

Naquelas "pré-históricas" eleições de 1982, o slogan do partido era: "Vote em Lula, um brasileiro igualzinho a você". Para reforçar o apelo, o candidato deixou a gravata e o paletó de lado e comparecia aos debates televisivos apenas com uma camiseta. Não funcionou. Pesquisas posteriores demonstraram que as pessoas, em geral, pensavam: "Se ele é igual à gente, por que não vem aqui pegar no pesado? Nós queremos votar em alguém que seja melhor".

Bem, senhora presidente, como Vossa Excelência não é daqui e naquela época nem sequer era petista, esses assuntos devem parecer-lhe tediosos. Vamos, então, direto ao que realmente interessa.

Acontece que nós, paulistas, mesmo não tendo contribuído para a sua vitória eleitoral, por alguns momentos acreditamos que o seu governo, em relação ao anterior, representaria um avanço. Ainda antes de ser impossível, a senhora cuidou de descartar Celso Amorim, encerrando, assim, a política externa de "pragmatismo irresponsável" que ele representava. A gente passava vergonha lá fora com as diabruras do ex-chanceler. Ele que vá procurar emprego no Irã ou na Venezuela.

Essa sua atitude, presidente Dilma, contribuiu muito para incrementar o seu prestígio por aqui. Aumentou a nossa esperança no futuro. Também quando a senhora confrontou as centrais sindicais, no início do ano, a imagem que nos passou foi a de uma nova "dama de ferro". E isso alimentou ainda mais os nossos bons augúrios.

Mas, vou ser sincero, é muito frustrante perceber que todas essas nossas expectativas estão se demonstrando vãs, em razão dos

fatos ocorridos nos últimos tempos. O que parece é que os governantes da era lulista têm sido muito infelizes com as suas escolhas para a Casa Civil. Os que ousam sentar-se naquela cadeira quase sempre dela são ejetados. E ficam, para sempre, sob suspeita.

Todos nós sabemos, senhora presidente, que Antônio Palocci tem sido o seu principal auxiliar no governo. Como o foi também Erenice Guerra, na gestão anterior. E antes disso havia, ainda, José Dirceu. Pelo visto, somente a senhora, no posto, teve um comportamento irreprovável.

De duas, uma. Se a senhora realmente acredita que os dois primeiros sejam inocentes, saia imediatamente em defesa deles. Não se conhece nenhuma palavra sua nesse sentido. E ambos foram escolhidos pessoalmente pela senhora. Omitir-se, simplesmente, não lhe fica bem. Ou, então, se não pretende arder no inferno com eles, a senhora deve assumir que selecionar recursos humanos não é mesmo o seu forte. Cuide de bem administrar e delegue essa tarefa à alta burocracia do Estado, aos partidos que a apoiam ou - quem sabe - até mesmo a uma empresa de headhunting.

Mas, até agora, não se verificou nem uma coisa nem outra. Essa omissão acabou contribuindo para que a sua estrela esmaecesse e a de seu antecessor voltasse a brilhar.

Creio que é esse o ponto, senhora presidente. Todos nós, brasileiros - tendo ou não sufragado seu nome -, esperamos que a senhora se revele uma pessoa superior ao cidadão comum. Eu, pelo menos, tinha essa expectativa. Não a apoiei, mas entendia que, uma vez eleita, a senhora se imbuiria de sua missão. E com isso encorpasse, crescesse e ganhasse grandeza.

De um estadista, dona Dilma, não se requer, tão somente, que seja eficiente. É preciso, também, que seja eficaz. E que se mostre efetivo.

Superar-se, senhora presidente, não significa apenas pretender impor a sua vontade aos outros, mas também compreender que, na política - como na vida -, a gente não faz apenas o que quer, mas também aquilo que pode. Os parlamentares que estão no Congresso Nacional foram igualmente eleitos pelo voto popular. E, portanto, eles se sabem tão legítimos quanto a senhora. Não vale a pena confrontá-los.

É preciso ousadia, é certo. Como dizia Tancredo Neves, "ninguém chega ao Rubicão para pescar". Nem para apenas molhar os pés.

Mas é preciso, também, saber conversar. E a senhora, pelo visto, não sabe e não quer dialogar com ninguém.

A História esta aí para mostrar: os governantes que fizeram a diferença foram todos excelentes negociadores. Criavam os seus consensos, compunham as suas maiorias e sabiam, enfim, como empolgar com os seus próprios enredos.

Por outro lado, na vigência da democracia, no último meio século, apenas três presidentes acreditaram ser possível governar sem o Parlamento: um renunciou, outro foi deposto e o terceiro acabou impedido [14].

O texto acima, de João Mellão, foi publicado na seção Opinião da versão on-line do jornal "O Estado de São Paulo" no dia 03 de junho de 2011. Para construí-lo, o autor mobilizou dois gêneros: o artigo, que contribui mais com a função, e a carta, que contribui mais com a forma.

Para Costa, a carta é uma mensagem, manuscrita ou impressa, que tem a finalidade de comunicar algo a uma pessoa ou a uma organização [15]. Luft também é outro autor que tece algumas considerações sobre a carta. Segundo esse autor, ela pode ser dividida em três subgêneros: particular (trocada entre pessoas mais ou menos íntimas), comercial (relacionada a transações comerciais, industriais e financeiras), e oficial (ligada a instituições do serviço público) [16].

Como uma carta pode tratar de assuntos diversos (pessoais, comerciais, jurídicos, etc.) seu conteúdo temático é bastante variado, o que interfere também no seu estilo, podendo apresentar características formais ou

informais. Partindo para a estrutura composicional, esse gênero costuma apresentar os seguintes elementos: local e data, vocativo, corpo textual, despedida e assinatura.

No texto, João Mellão se dirige à atual presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, para externar seu descontentamento em relação às atitudes da própria presidente. Num primeiro momento, parece que o gênero escolhido pelo produtor do texto é uma carta. Ele formula o vocativo (Senhora presidente), estabelecendo contato direto com sua interlocutora, e mantém esse contato ao longo do texto.

Sabe-se, contudo, que esse texto não foi produzido para estabelecer uma interação entre João Mellão e Dilma Rousseff, logo, não se trata de uma carta. Na realidade, essa aparente interação camufla a crítica de Mellão à presidente, pois a situação de produção envolve leitores de um conhecido veículo de formação de opinião no país. Logo, o verdadeiro propósito comunicativo do texto é aquele atribuído ao artigo de opinião, ou seja, exprimir um ponto de vista sobre assuntos atuais de interesse público geral ou de determinado segmento da sociedade com o intuito de persuadir os leitores.

Inicialmente, o articulista elabora seu texto lançando duras críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Críticas essas que se prolongam até o 5º parágrafo adquirindo um tom cada vez mais contundente. João Mellão ainda afirma que os paulistanos não gostam do modo como o PT faz política e, mais adiante, passa “ao que realmente interessa” (6º parágrafo). A partir do 7º parágrafo, o autor critica a conduta da presidente em relação às polêmicas envolvendo os ministros da Casa Civil em 2011, chegando a desafiar-la.

Dentre outros mecanismos a que o autor recorreu para construir seu artigo (sequências narrativas, sequências descritivas, alusão histórica, comparações) vale destacar, além da intergenericidade, a ironia, pois, desde o início do seu texto, João Mellão mostra-se bastante sagaz. É o que acontece, por exemplo, no trecho “Pelo visto, somente a senhora, no posto, teve um comportamento irreprovável”, em que a integridade da presidente é questionada.

Levando em consideração que todas essas estratégias aproveitadas pelo articulista são realçadas devido à estrutura composicional da carta, a intergenericidade se revela como uma ferramenta de suma importância na arte de seduzir e persuadir o público. Isso porque o artigo em forma de carta causa um efeito muito maior se comparado ao que causaria o artigo convencional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma análise sobre a relação intergenérica entre artigo de opinião e carta. Seu intuito foi promover uma reflexão acerca do modo como os gêneros epistolares podem participar da construção da construção do artigo de opinião e, assim, verificar quais são os efeitos decorrentes desse processo.

A partir da análise, é possível afirmar que a relação intergenérica possibilitou ao articulista incorporar as características de um gênero epistolar ao seu texto sem que este tivesse sua função prejudicada. Pelo contrário, ao diversificar a estrutura do artigo de opinião, essa relação se mostrou um valioso recurso para realçar o propósito comunicativo dos textos dos quais ela participa, o que a torna uma importante estratégia argumentativa.

Por meio da análise apresentada, este artigo tentou, portanto, proceder a uma reflexão sobre as relações

intergenéricas entre os gêneros textuais/discursivos e, dessa forma, chamar a atenção para a importância de futuras e mais profundas investigações acerca sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 282.
- [2] BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 282.
- [3] BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 282. p. 262.
- [4] BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 282. p. 262.
- [5] RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée (Orgs). *Gêneros: teorias métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 164.
- [6] MENDES, Mirian Lúcia Brandão. Opinião de raça: as estratégias argumentativas em artigo de opinião da revista Raça Brasil. In: DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret (Org.). *Gêneros textuais: o que há por trás do espelho?* Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012. p. 127.
- [7] FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristovão. *Prática de texto para estudantes universitários*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- [8] BOFF, Odete Maria Benetti; KÖHE, Vanilda Salton; MARINELLO, Adiane Fogali. O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação. *ReVEL*, v. 7, n. 13, 2009. [www.revel.inf.br].
- [9] MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 89.
- [10] MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Org.). *Gêneros: reflexão em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/POSILIN/FALE-UFMG, 2004.
- [11] MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 164.
- [12] MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Ana Rachel; BEZERRA, M. Auxiliadora (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- [13] MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 164.
- [14] NETO, João Mellão. Senhora presidente. 3 de jun. 2011. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,senhora-presidente,727354,0.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- [15] COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- [16] LUFTI, Celso Pedro. *Novo Manual do Português: gramática, ortografia oficial, redação, literatura, textos e teses*. Rio de Janeiro: Globo, 1988.